

# **SIEI**

## **Seminário Internacional de Educação Infantil: contribuições dos Estudos da Infância**

**Profa. Dra. Gizele de Souza**

Setor de Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR  
NEPIE - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância  
e Educação Infantil -

[nepie@ufpr.br](mailto:nepie@ufpr.br)

Florianópolis, 14 de maio de 2012

**Mesa-Redonda:**  
*Políticas para a Educação Infantil:*  
*caminhos atuais*

**PROPOSTA DA EXPOSIÇÃO:**

- I) Ponderações conceituais sobre o campo da política e a relação com as políticas da educação infantil;
- II) Questões acerca da institucionalização da educação infantil como campo do sistema de ensino no Brasil;
- III) Educação infantil como pacto social!

# I) ALGUMAS REFERÊNCIAS CONCEITUAIS

“Por política entenderemos (...) o conjunto dos esforços feitos com vistas a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder. (...)” (MAX WEBER, 1970, p. 56).

Eu me utilizo aqui do conceito de “ciclo de políticas” de Stephen J. Ball (professor do Instituto de Educação da Universidade de Londres)

- O autor defende a perspectiva de pesquisar e teorizar sobre as políticas e não explicá-las em si mesmo ou como devem ser elaboradas!

# Referências sobre Política para Ball

“O ciclo de políticas não tem a intenção de ser uma descrição das políticas, é uma maneira de pensar as políticas e saber como elas são “feitas”, usando alguns conceitos que são diferentes dos tradicionais como, por exemplo, o de *atuação* ou *encenação*” (Ball,2009, p.305)

O autor afirma não acreditar “que políticas sejam implementadas, pois isso sugere um processo linear pelo qual elas se movimentam em direção à prática de maneira direta. Este é um uso descuidado e impensado do verbo. O processo de traduzir políticas em práticas é extremamente complexo” (Ball, 2009, p.305)

Como ele também não acredito que políticas sejam implementadas...elas constituem-se em processos de INTERPRETAÇÃO.

# Referências sobre Política para Ball

“A prática é composta de muito mais do que a soma de uma gama de políticas e é tipicamente investida de valores locais e pessoais e, como tal, envolve a resolução de, ou luta com, expectativas e requisitos contraditórios – acordos e ajustes secundários fazem-se necessários.” (Ball, 2009, p.305)

“Uma política tem uma trajetória semelhante à de um foguete: decola, atravessa o espaço e depois aterrissa. Algumas vezes, acidenta-se; em outras, atinge uma realização espetacular, mas move-se através do tempo e, algumas vezes, simplesmente desaparece. As políticas desaparecem no decorrer do tempo ou, algumas vezes, leva muito tempo para elas se tornarem integradas. Algumas vezes, elas são apressadas ou atrasadas. É necessário pensar sobre a velocidade das políticas, é necessário ter a dimensão do tempo, bem como do espaço.” (Ball, 2009, p. 307 )

## II. Questões acerca da institucionalização da educação infantil como campo do sistema de ensino no Brasil;

- Há um consenso na área de educação infantil que reconhece avanços significativos no Brasil da inclusão da educação infantil como etapa educativa no sistema formal de ensino brasileiro, e nesse sentido, como 1ª etapa da educação básica.
- Eis aqui uma **questão chave** – a institucionalização da educação infantil dentro do campo de responsabilidade educacional e, isso significa reafirmar que é uma etapa formal, integrada interna (creche e pré-escola) e externamente (junto as outras etapas educativas) no sistema educacional.
- **Reside neste processo:** \* **dimensão** negativa, **frágil** limitada, oportunista da relação da educação infantil no sistema educativo, como \* **dimensão afirmativa**, ousada, responsável...

# Dificuldades...

- Porque nossos consensos acadêmicos pouco têm freado ou evitado a formulações de tais políticas?
- Acredito que se constituem num “pote” (expressão emprestada do violeiro mineiro Pereira da Viola) de relações...
- \* É recente e ainda frágil a idéia de pertencimento da educação infantil à educação básica;
- \* Pouca consolidação social da concepção de criança como sujeito de direito (apesar de toda a proteção legal);
- \* Permanências e re-atualização da concepção de educação infantil como prática social compensatória, de lugar de vulnerabilidade social, familiar, etc
- \* Permanências e re-atualização da concepção de educação infantil como preparatória às etapas sucessivas...
- \* Consensos mais endógenos, com pouca parceria e apoio de outros setores e instâncias da sociedade.
- \* pressões de vários setores sociais e governamentais por rápidos resultados e acordos de ampliação da educação infantil no Brasil;
- \* Despreparo de alguns setores da “governabilidade” em lidar, interpretar e efetivar o direito à educação infantil de qualidade

# POSITIVIDADES

- \* Temos maior proteção legal e referências diversas sobre políticas de educação infantil: desde orientações sobre a própria política deste campo no Brasil, como sobre conveniamento, padrões de qualidade de estrutura e funcionamento das instituições, de avaliação, de formação...
- Inclusão em programas governamentais como: Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE), Programa Nacional de Biblioteca da Escola (PNBE), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), etc

### III. Educação Infantil como Pacto Social!

- Questão de fundo orientadora deste debate – a educação infantil como pacto social – implica retomar as contribuições de Ball sobre a atuação dos atores e da idéia da interpretação da política (a quantas anda nossa atuação individual e coletiva, miúda, cotidiana, e ampliada em torno desta defesa e proposição?);
- Isso não significa afirmar que todos conjuntamente, em harmonia estaremos na defesa da infância, da educação infantil... – contrariamente nos força a pensar sobre DEMOCRACIA
-

# Democracia e Educação Infantil

A democracia defendida por A. Touraine é uma democracia social, que se coloca “no plano dos atores sociais e não acima deles e procura estabelecer a justiça, ou seja, assegurar, antes de mais nada, o acesso dos dominados à ação, à influência e ao poder político” (TOURAINÉ, 1998, p. 47).

Touraine é um autor que se preocupa especialmente com os lugares dos sujeitos, individual e coletivo, na sociedade e olha para a democracia como a instituição capaz de garantir tais lugares.

# Desfecho!

- Que lugares estamos destinando à educação infantil, às crianças pequenas como sujeitos de direitos nos caminhos atuais das políticas públicas?
- A pergunta genérica dificulta a resposta, mas uma estratégia necessária e candente é CONHECERMOS por DENTRO a educação infantil que fazemos.
- Para além das mazelas e descompassos entre o “proclamado e efetivado” (nas palavras do cientista político Bobbio), adentrar, observar, analisar, dialogar a partir e sobre práticas cotidianas de educação infantil – a fim de dar visibilidade à boas práticas de referências podem ser um caminho mais assertivo e propositivo...
- Pensarmos em proposições de qualificação específica para gestores que atuam no campo das políticas de educação infantil;
- Firmar diálogos com outros setores estratégicos da política.

Possibilitar e vivenciar outras práticas de formação estética para os pequenos e para os grandes... (já defendida há tantos anos por Sonia Kramer...);

Possibilitar e vivenciar uma pedagogia do “bom gosto” como sustenta a pesquisadora Egle Becchi!

